

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

João Vitor Aguiel Silva

IDENTIDADE, DIREITOS E CIDADANIA, O ELEMENTO DA DOCUMENTAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA.

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Diogo Tourino de Sousa.

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **João Vitor Aguiel Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772033A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **IDENTIDADE, DIREITOS E CIDADANIA, O ELEMENTO DA DOCUMENTAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA**, desenvolvido durante o período de Setembro de 2022 a Janeiro de 2023 sob a orientação de Diogo Tourino de Sousa, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 11 de Janeiro de 2023.

João Vitor Aguiel Silva

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

IDENTIDADE, DIREITOS E CIDADANIA, O ELEMENTO DA DOCUMENTAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA.

IDENTITY, RIGHTS AND CITIZENSHIP, THE ELEMENT OF DOCUMENTATION IN THE LIFE TRAJECTORY OF HOMELESS PEOPLE IN THE CITY OF JUIZ DE FORA.

João Vitor Aguiel Silva¹

Resumo: O artigo pretende trabalhar a questão da documentação como um dos elementos substanciais na construção da realidade de vida de pessoas em situação de rua. Determinando em diversos níveis quais serão os caminhos pelos quais irão percorrer suas trajetórias de vida e demonstrando como o acesso a documentação adequada é um fator decisivo para condições e qualidade de vida desses indivíduos que se encontram em situação de rua. Nesse sentido, através de uma revisão bibliográfica do tema e das metodologias de observação participante e realização de entrevistas não estruturadas, coletadas durante a realização de abordagens do SEAS - (Serviço Especializado em Abordagem Social), busca-se esclarecer e explorar a discussão de como o acesso aos próprios documentos determina o alcance que o morador de rua tem aos direitos e de forma complementar a cidadania. Destaca-se ainda a necessidade de organizar sua sobrevivência no que seriam 'as margens do Estado' conceito cunhado por Das e Poole (2004) e a contribuição formal da documentação na construção da cidadania, este trabalho procura utilizar desse exercício de aproximação com algumas histórias de vida da população em situação de rua para construir breve um quadro que exponha a centralidade da discussão proposta.

Palavras-chave: Morador, documentação, rua, serviço, abordagem.

Abstract: The article intends to work on the issue of documentation as one of the substantial elements in the construction of the reality of life for people living on the streets. Determining at different levels which will be the paths through which they will go through their life trajectories and demonstrating how access to adequate documentation is a decisive factor for the conditions and quality of life of these individuals who find themselves in a street situation. In this sense, through a bibliographical review of the subject and the methodologies of participant observation and unstructured interviews, collected during the realization of SEAS approaches - (Specialized Service in Social Approach), we seek to clarify and explore the discussion of how access to the documents themselves determines the reach that the street dweller has to the rights and, in a complementary way, to citizenship. It also highlights the need to organize its survival in what would be 'the margins of the State' concept coined by Das and Poole (2004) and the formal contribution of documentation in the construction of citizenship, this work seeks to use this approximation exercise with some stories of life of the homeless population to build a brief framework that exposes the centrality of the proposed discussion.

Keywords: Resident, documentation, street, service, approach.

INTRODUÇÃO, UMA APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM E QUESTÕES ENVOLVENDO MÉTODO

O seguinte artigo foi pensado e desenvolvido através do olhar e experiência de trabalho de campo enquanto funcionário educador social do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e bolsista do Projeto "Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora" na cidade de Juiz de Fora.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: vitoraguinel1999@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Diogo Tourino de Sousa.

Nesta introdução, procuro apresentar o acesso ao campo e o território onde se desdobra a vida dos pesquisados. A posição de educador social do serviço de abordagem me permitiu suscitar reflexões necessárias para a produção e discussão

de ideias aqui apresentadas e assim como a posição de funcionário 'terceirizado' de um serviço de assistência social do Estado, (Serviço de Abordagem Social) somada a posição de estudante/pesquisador de ciências humanas e sociais construiu o ambiente que repousará as reflexões deste trabalho.

Procuro através da discussão aqui disposta levantar as questões sobre como o elemento do documento é relevante e significativo na vida da população em situação de rua, trazendo problemáticas importantes de serem analisadas: 'Como vive um adulto em situação de rua sem nenhum documento?', 'Como ele se vê sem nenhum documento?', 'Qual é a importância da aquisição de uma documentação adequada?'

Definindo o SEAS:

“O Serviço Especializado em Abordagem Social, no município de Juiz de Fora/MG, é executado enquanto política pública conveniada por meio de um Termo de Colaboração celebrado entre a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG (PJF/MG) e a Associação Municipal de Atendimento Comunitário (AMAC), tendo como objeto de trabalho a identificação no território de moradores, que ocupam o espaço da rua com a finalidade principal de moradia e de sobrevivência.” (ARBIA, A.; PEREIRA, V.; GRANJA, B. p.110, 2023) cap. 5 do livro, trecho de (CHRISPIM, F, 2023).

Para além de sua definição formal, esclarecida acima, o trabalho do SEAS se estende na prática sua execução, realizando diversos serviços de auxílio à população de rua, executando um cotidiano de trabalho, muito mais complexo do que apenas a identificação de fixações dessas pessoas (COMARCAS/ BARRACAS/ ANEXO I), ou reconhecimento do território que ocupam em nossa cidade. Ao acompanhar, no cotidiano de trabalho, as vivências e experiências da população em situação de rua na cidade de Juiz de Fora, mesmo enquanto estava a realizar meu ofício de 'educador social', as inúmeras questões pertinentes ao campo de pesquisa científica já entraram em discussão. Portanto, procura-se iniciar um processo de aprendizagem em método etnográfico de modo a intercalar trabalho e pesquisa, como Fernanda da Escóssia (2021) faz ao produzir sua pesquisa sobre adultos sem documentação em "Invisíveis" (2021).

A função de um 'educador social' é basicamente: através dos equipamentos humanos, instrumentos de diálogo e mais fundamentalmente um elemento de convencimento, *criar vínculos* com a população em situação de rua, com o intuito de utilizar dessa conexão formada para oferecer os serviços disponibilizados pelo poder público atualmente, como por exemplo: vagas em acolhimento (quando disponíveis), encaminhamentos para os acolhimentos (através de transporte veicular), acolhimento emergencial de inverno e de permanência 24 horas, assim como também casa de passagem e como pretendo explicitar na atual discussão o **planejamento e oferecimento de documentação adequada**. A designação "educador social" é uma denominação efetivamente recente para o SEAS, vindo a substituir o que era a designação do funcionário "abordador de rua" ou "monitor do abrigo", tendo em vista que a última não é perfeitamente coloquial e que as mudanças em como se executa a função sofreram muitas alterações ao longo do tempo, utiliza-se atualmente o título "educadores sociais". O "*educador social*" indica basicamente o profissional que irá trabalhar com os indivíduos em situação de exclusão social e vulnerabilidade com o intuito de aumentar a integração desses grupos ao todo da sociedade, portanto, a designação atual, se mostra mais adequada a novas formas de comunicação com a população de rua e com os demais aparatos do serviço a pessoas nas camadas mais vulneráveis na sociedade, (Catho Comunicação, 2021).

Sendo assim a escolha por uma metodologia qualitativa como a etnografia, se deu inicialmente pela proximidade com o objeto, reconhecendo durante esse processo a necessidade do distanciamento em relação a si mesmo enquanto pesquisador perante o seu objeto a ser estudado, como orienta o trabalho de Paugam (2015). Demanda se nessa abordagem metodológica a tomada da consciência do pesquisador ao escolher um objeto próximo de si,

exigindo muita cautela ao selecionar os itens que serão expostos e tratados e quais são os limites que podem vir a prejudicar a reflexão que se pretende realizar, (SERGE, Paugam, 2015, p. 22).

Desta forma, observando e participando diretamente no campo de meu objeto de pesquisa, a escolha da metodologia de observação participante e realização de entrevistas não estruturadas, demonstrou-se a mais adequada para capturar e analisar essas experiências de vida. Levando em consideração a importância de eventos ocorridos na escala pessoal, torna-se relevante o prisma de tratamento qualitativo, para assim dedicar-se mais de perto a essas questões.

Como Becker (1997) relata o que existe de mais positivo e significativo na observação participante é como as pessoas estão “enredadas em relações sociais que são importantes para elas” (Becker, 1997, p.75), sendo essas relações o interesse do pesquisador das ciências humanas e sociais. Nesta conjuntura, a união de metodologias qualitativas demonstra-se positiva à necessidade de se construir um quadro ao mesmo tempo particular e condensado sobre a temática escolhida, assim a utilização de entrevistas e descrição de relatos, podem contribuir diretamente para a qualificação da discussão.

É importante acrescentar também que colocada a cautela processual e os cuidados pensados com a metodologia de observação participante, a perspectiva construída próxima ao campo selecionado, pode ser amplamente proveitosa para coleta de dados e da mesma maneira que o acompanhar da rotina de um indivíduo pesquisado pode ajudar a desvelar os caminhos pelos quais o mesmo constrói suas relações no território que ocupa (no caso de nosso objeto o espaço central e urbano de Juiz de Fora), é possível também estabelecer os padrões de comportamento que ele irá executar em sua vida, como descreve Magnani (2002). Tirando proveito dessa proximidade com o objeto e ciente que são diversas as técnicas do método em questão, deve-se servir delas para gerar a melhor apreensão e ‘insight’ da realidade proposta a ser analisada, (Magnani, 2002). Foram selecionados para este trabalho de observação e entrevistas, pessoas em situação de rua atendidas pelo SEAS - Serviço de abordagem, dentro da definição realizada pela autora Maria Lúcia Lopes da Silva em (SILVA, 2009, p. 136), que se mostrou a descrição mais adequada para descrever os atendidos do Serviço de Abordagem, que concordaram em colaborar e foram escolhidos junto ao elemento da documentação como sujeito e objeto neste trabalho, através de suas entrevistas, fotografias e fornecimento de suas histórias de vida, contribuíram para o objetivo desta pesquisa com entusiasmo.

REVISÃO DE LITERATURA

Há uma vasta bibliografia no campo de conhecimento científico das ciências humanas e sociais, sobre as populações em situação de rua, Justo (2008) mostra como a produção de conteúdo científico sobre a temática começou a ser fomentada em 1970, onde quase não havia registros, para então aumentar nos anos 1990 e através de primordiais autores da sociologia e antropologia (Rosa, 2005; Vieira, 2004; Silva 2006) tomarem cada vez mais centralidade em discussões acadêmicas, crescendo no campo das disciplinas de conhecimento, possuindo agora uma popularidade ao se apresentar como um tema de grande relevância nos debates da sociedade. Algumas discussões em torno da terminologia “população de rua”, feita por autores como Santos (2009), Snow e Anderson (1998) revelam a necessidade de definir da melhor forma possível o público a ser tratado em pesquisa, evitando assim a produção de generalizações equivocadas sobre como se caracterizam os grupos que vivem nas ruas. É importante, assim, compreender as complexidades em variações internas a esse grupo: - existem os que vivem na rua de forma permanente, os que utilizam dela para ‘pernoitar’ pois trabalham nas ruas, os que ficam na rua por curtos períodos de tempo devido ao uso e abuso de drogas. Para nosso objetivo de compreender os casos tratados em questão e seus quadros, emprego a definição de Silva (2009) como a mais adequada:

“grupo populacional heterogêneo, mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos),

as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias." (SILVA, 2009, p. 136).

Deste modo compreende-se como se enquadra o grupo a ser pesquisado dentro do contexto da vida nas ruas que apresenta uma pluralidade de formas de habitação e utilização do espaço, assim ao se enquadrar dentro das definições propostas pela autora, esse grupo aqui tratado se define em contraste com outros cenários de utilização do espaço e de habitação nas ruas e se encaixa acertadamente na descrição de público atendido pelo SEAS. De acordo com uma pesquisa realizada pela UFJF, nas ruas de Juiz de Fora habitam um número de 800 a 1.000 pessoas em situação deste tipo de vulnerabilidade (G1 ZONA DA MATA, 2015), em uma conjuntura onde a universidade da cidade opera como uma instituição extremamente relevante para a produção de conhecimento sobre o fenômeno da população em situação de rua e os grupos que habitam a rua em geral, a realização de pesquisas com a população presente na cidade é significativa.

Alguns dos estudos desenvolvidos na cidade de Juiz de Fora, tiveram a população em situação de rua e suas características como sujeitos de pesquisa, referencia-se, pelas pesquisas e dissertações de mestrado produzidas por expoentes da UFJF como Igor Rodrigues de Souza (Rodrigues, I. 2015) e Viviane Pereira Souza (Souza. V, P, 2007) que realizaram discussões relevantes e necessárias sobre as circunstâncias que perpassam as vidas de nosso objeto de pesquisa, demonstrando como embora ainda numerosamente restrita a produção de conhecimento científico e acadêmico é presente em nosso campo e seu reconhecimento é crucial. Para assim fazer a construção *a priori* do campo onde o elemento da documentação desempenha os papéis que procuramos explicitar nesta discussão, para posteriormente tratar sobre o tema central em si. Escrevendo sobre a 'questão social' que os envolve em sua realidade e a construção social e da identidade do morador de rua, os autores produziram um conteúdo de cunho científico expressivo para compreender essa realidade, não somente em seu contexto enquanto fenômeno nacional e internacional de raízes históricas e socialmente demarcadas, mas também em contexto local do campo na cidade de Juiz de Fora onde as especificidades do espaço interferem diretamente nessas relações. Em sua pesquisa, Souza (2007) identifica que existe uma relação entre a questão social em um contexto geral da ideia, e a conformação da população em situação de rua, em (Souza. P. V, 2007, p. 11-13) a autora procura estabelecer relação entre a 'questão social' (expressão que explica-se através da ideia exposta por (Iamamoto, 2000, p. 27) onde "é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura") e a população em situação de rua, produzindo uma hipótese onde compreende-se como os determinantes históricos da formação da população de rua estão relacionados com a gênese da questão social, descrevendo a ideia sob a visão analítica de autores do serviço social (Iamamoto, 1998, 2000, 2001), (Pereira, 2001), (Netto, 2001) e a articulação entre o panorama nacional e o campo na cidade de Juiz de Fora. As construções críticas realizadas por Souza (2007) são essenciais para entender como se reproduz o fenômeno de pessoas em situação de rua e assim dar entrada ao campo da Cidade de Juiz de Fora, com contexto sobre o universo em questão, onde também se apresenta o aparato de assistência social que faz a participação do Estado na manutenção da luta pela sobrevivência desempenhada por esses grupos.

Na pesquisa de Igor Rodrigues (Rodrigues, I, 2015, p. 104 -106), por exemplo, ao reconhecer como a construção social da pessoa em situação de rua, é um quadro construído pela exclusão que sofrem ao serem classificados e localizados na estrutura da sociedade, com uma 'identidade' predeterminada por preconceitos, onde se encontra num sistema de poder que os fornece um papel, um estatuto e realizam o controle do simbólico de sua 'identidade' é possível começar a entender como funciona a construção da identidade de uma pessoa em situação de rua tendo o documento como um fator de acesso aos direitos em sua discussão. Por meio das conclusões do autor nessa pesquisa, identifica-se que ao realizar essa construção ideológica da categoria 'morador de rua', a sociedade já lhes atribui papéis e os coloca em um lugar de marginalização e segregação, sendo tratados como menos dignos que o resto da sociedade, impactando todas as esferas de sua vida, inclusive como irá se discutir o acesso à cidadania. Nessa conjuntura a discussão sobre o elemento do documento se introduz como de fundamental significância, o

documento e acesso a documentação adequada produzem uma demarcação dentro das esferas de atuação humana como o universo simbólico, prático e burocrático, evoluindo o debate tanto da construção identitária de uma pessoa em situação de rua até a sua colocação enquanto indivíduo presente na estrutura social do Estado e em seu acesso à cidadania. Ao caracterizar aquilo que *faz* o cidadão em termos performáticos e obrigatórios, Peirano (2006) apresenta o documento como aquilo que “oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado”. Compreende-se que tal ‘oficialização’ serve de mecanismo de legitimação tanto no universo burocrático no qual o Estado passa a reconhecer e ‘contar’ os indivíduos; assim como o registro dos indivíduos é uma prática constitutiva da formação de um Estado nacional Bourdieu (2011); como no universo simbólico de como essas pessoas se concebem como indivíduos.

Na concepção de Weber (1982) sobre o Estado moderno uma de suas principais características é capacidade burocrática do Estado como forma de dominação racional e clarifica-se como tal mecanismo de controle utiliza da documentação e o acesso e ela como ferramenta para exercê-lo e em diálogo com o trabalho de Escóssia (2021) essa compreensão fica clara no termo e conceito desenvolvido pela autora na *síndrome de balcão*, onde os inúmeros aparatos burocráticos do Estado criam barreiras para aqueles grupos e indivíduos sem documentos que procuram os caminhos para consegui-los, enfrentando obstáculos para tal objetivo.

O elemento do documento apresenta também uma natureza simbólica significativa, ele transforma o indivíduo em ‘cidadão’ (Peirano, 2006, p. 34), demonstra-se ao longo de alguns relatos nesta pesquisa também como ele desempenha também um papel central na construção identitária de uma pessoa em situação de rua, e neste mesmo efeito de se apresentar como elemento determinante, a ausência dele acaba por alienar e segregar os indivíduos que não os possuem. Existe um “vínculo entre o indivíduo e o documento que o identifica,” como observamos em Peirano, e a partir desse vínculo se constrói uma relação não somente com as instituições do mundo externo a ele, mas uma relação interna de como o indivíduo irá se enxergar e determinar valor a si mesmo. Como observa-se no trabalho, que inspirou este, (Escóssia, 2021) ao colocar em pauta o elemento da documentação em um grupo adulto e principalmente um grupo vulnerável como a população em situação de rua, é possível colocar em questão uma gama de conteúdos pertinentes ao estudo científico, incorporando o estudo desde o indivíduo em sua personalidade, passando pelo debate de como se constrói e regula a cidadania, até os limites do Estado, como a autora aponta: “Etnografar o adulto sem documento é mergulhar no que Das e Poole (2004) categorizam como “margens do Estado”.

Verifica-se em, Peirano (1986) no trecho em que se descreve como o documento possui a função de basicamente distinguir entre cidadão e ‘marginal’, diante do Estado, como o extenso trabalho da autora na temática de documentação é fecundo para compreender o caráter simbólico que o documento tem no Brasil. A construção do que seria um cidadão, tópico de inúmeras conversas na esfera das ciências sociais, passa diretamente pelo possuir ou não de um documento, o trabalho de Santos (1979) sobre a carteira de trabalho exemplifica o debate sobre como o Estado controla e regula a categoria ‘cidadão’ desta forma.

Outra esfera de composição central na questão é a noção disposta por DaMatta (2002), sobre como a uma ideia de cidadania está diretamente ligada a esse aspecto jurídico e burocrático do Estado e sobre este o controle de documentos escritos, padronizados e universais com cópias em arquivos do Estado é parte de um conjunto de fatores de controle na sociedade moderna, comparando com modelos de “cidadania antiga”, fica claro o estatuto que o possuidor de documento passar a ter em sociedade em relação ao não possuidor.

O alcance a uma cidadania ou a um ideal de cidadania representa outra esfera que passa diretamente pelo acesso a documentação adequada, de acordo com Outeiro (2018) que em resenha faz um comentário sobre a definição de cidadania no Brasil no trabalho de Holston (2013) se expõe essa forma de cidadania diferenciada gerada em nosso país durante séculos, que tem por tradição excluir a maior parte da população e acaba por criar novas formas de cidadania, no caso de populações vulneráveis e trabalhadores informais, por exemplo, o acesso à cidadania se constrói restrito e aos que não possuem documentação essa condição se agrava. No acesso aos direitos e principalmente à entrada de programas da assistência social, (Peirano, 2006; DaMatta, 2002) como os de transferência de renda, (Bolsa família) e no caso dos atendidos pelo serviço de abordagem social (Auxílio moradia) o

cadastramento no Cad.único, demanda a documentação adequada. Como Escóssia (2021) retrata as políticas do 1° e 2° Governo Lula, trouxeram chegada do bolsa família e a uma padronização da aquisição de documentos como ferramenta de acesso a esses programas, diminuindo drasticamente o problema de sub registro no país e criando um estado de aumento ao acesso a documentação pelas populações que procuravam e necessitavam se integrar a este.

Verificamos como a documentação possibilita e se apresenta como condicional para o acesso aos direitos e assim consequentemente a cidadania, sendo um dos fatores constituintes de uma cidadania mais próxima de ideal, levando em conta como o quesito cidadania é construído por diversas condições, Carvalho (2001) nos mostra como a cidadania é principalmente uma relação entre identificação e ligação com o Estado e a nação e como constatamos através do trabalho de Peirano (2006) é o acesso a documentação que conecta o sujeito em termos burocráticos e formais ao Estado moderno que também utiliza dela para a contagem dos indivíduos e para a formação do Estado nacional, Bourdieu (2011).

Apresento assim algumas biografias e histórias de vida que coletei durante o período de 05/2022 (Maio) até 12/2022 (Dezembro), informando que todos os nomes e informações pessoais, foram alterados para proteger a integridade e os dados dos indivíduos, como o orienta Bevilaqua (2003) em seu trecho sobre as questões éticas e metodológicas de pesquisa.

BIOGRAFIAS

A) Jeane - 34 anos, mulher, negra, natural do Estado de Cataguases, em Minas Gerais, migrou para nossa cidade após saída do sistema prisional, onde sem nenhum suporte familiar se encontrou em situação de rua, Jeane passou alguns anos no sistema prisional, portanto retornou a liberdade quase sem nenhum vínculo e sem documentação. Após alguns dias nas ruas, conheceu e fez um casal com Bianco - 35 anos - e passou a viver junto a ele em sua 'comarca' próxima a uma das pontas da Av. Brasil, a identificação da comarca de Bianco é de longa data e as visitas do serviço de abordagem ao local eram costumeiras, dentre as demandas de Bianco, saída das ruas não estava na mesa de conversa, pois ele não tinha interesse em sair de sua querida comarca, a novidade para o SEAS no local era a presença de Jeane e o interesse dela em se documentar, gerando uma demanda do casal em relação ao serviço de abordagem, que agora passa a acompanhá-los semanalmente em encaminhamentos para realizar sua documentação e trabalha com eles a possibilidade da realização de processo de saída das ruas, através de aluguel social. Jeane nos solicitou retirar sua documentação e o processo de tal e suas entrevistas foram para mim umas das mais contributivas para refletir a importância da documentação e do processo de se documentar. Jeane e Bianco foram encaminhados à câmara municipal diversas vezes para retirar seus documentos e durante esses, nossas conversas sobre o tema foram frutíferas.

B) Leyde - 31 anos, mulher, negra, natural de Juiz de Fora, vive a muitos anos nas ruas, com seu companheiro Cleiton. A história de Leyde com o serviço de abordagem é de longa data e comove a muito tempo nossas equipes, tendo crescido em situação de muita vulnerabilidade e desamparo, num lar com outros dez irmão, alguns dos quais também estão em situação de rua, ela por exemplo nunca teve aprovação em nenhum ano de estudo escolar, o olhar para o histórico escolar de Leyde permite ver com clareza que a sua situação de sua vidas nas ruas é resultado de uma série de processos de exclusão dos sistemas agregadores do Estado, ela nunca possuiu nenhum documento, além da certidão de nascimento a qual também não permanece com ela. Leyde também batalha com o abuso de álcool e drogas e isto dificulta a clareza na hora de procurar seus direitos e organizar sua sobrevivência nas ruas. Sua aproximação com o serviço de abordagem se dá principalmente ao trabalho cuidadoso da assistente social Mariana, que sempre persistiu e acolheu Leyde no seio do serviço de abordagem.

C) Luana - 31 anos, mulher, parda, perdeu os documentos ao vir para cidade de Juiz de Fora, após uma saída de motivação desconhecida, se encontrou em situação de rua na cidade e perante sua chegada se instalou em uma comarca próxima a rodoviária, formando casal com um morador do local e procurando organizar um contato com a abordagem para se orientar sobre o que poderia ser oferecido de ajuda a ela. Luana se destacou por sua simpatia,

sempre demonstrou nos encaminhamentos do serviço de abordagem que poderiam auxiliá-la a conseguir avanço em sua situação. A falta de documentação, mobilidade, contato somado à distância que sua comarca apresentava, atrapalhava a comunicação com os serviços, mas assim que o SEAS realizou uma visita a sua comarca, os agendamentos de documentação puderam ter andamento.

DESCRIÇÕES DE RECORTE DO GRUPO E OBJETO

Como foi explicitado acima, o recorte de objeto selecionado, foi o de pessoas em situação de rua atendidas pelo SEAS, onde a definição de (SILVA, 2009, p. 136) produz uma caracterização adequada para ser aplicada no contexto geral do trabalho, como encontramos uma população muito heterogênea nesses contextos, as escolhas metodológicas realizadas nos auxiliam a pessoalizar a questões sem perder objetividade em relação contexto que se apresenta na vida de cada indivíduo. Para estar sendo atendido pelo SEAS determina-se que seja uma pessoa em situação de rua e a discussão proposta sobre a relevância do elemento do documento nesse meio não demanda um grande dado quantitativo ou estatístico sobre, o que no caso dessa pesquisa seria demasiado difícil de produzir. Assim, características que individualizam os pesquisados como, gênero e raça são relevantes diante da posição de interseccionalidade desse grupo, como as biografias descritas são todas de mulher pretas e pardas em situação de rua, é imperativo colocar em pauta como esses corpos estão passíveis não somente das discriminações e violências da rua, mas da discriminação gerada na sobreposição das categorias de gênero, raça e classe, Akotirene (2019) deve-se levar sempre em consideração como essas sobreposições impactam a vida dessas mulheres, principalmente considerando a sua situação de rua.

Observei como esse grupo de mulheres passava por situações onde nunca haviam tido alguns documentos ou perdido alguns devido a sua situação de instabilidade de moradia e habitação nas ruas, onde a conservação de documentação é dificultosa como afirma (Rodrigues, I. 2015, p.101).

ROTINAS DE ABORDAGEM, CONTATO COM O CAMPO E OS ATENDIMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM

Durante a realização do cotidiano de trabalho a equipe de educadores, divididos em duplas ou trios, se desloca pela cidade de Juiz de Fora, a pé ou de carro, fazendo a busca ativa (ANEXO II e III) pelas ruas do centro da cidade e regiões de bairros onde se encontram as pessoas em situação de rua, oferecendo o serviço e colhendo as solicitações dessas pessoas. No decorrer destes percursos localizam-se indivíduos extremamente singulares, muitos abertos a compartilhar suas histórias de vida e explicar o porquê se encontram atualmente na situação de habitação nas ruas, esse contato possibilitou a construção de diversas categorias nativas de pessoas em situação de rua.

Leyde, por exemplo, pode ser quase sempre, quando não se acolhe temporariamente para casa de sua mãe, na mesma região de duas ruas do centro e ao realizar um busca ativa 1,(Rota 1 - predeterminado circuito de ruas do centro de Juiz de Fora) pode sempre ser localizada para uma conversa sobre como andam as coisas e sobre o andamento de seu processo de documentação, mais recentemente, foi orientada pelos educadores a dar início com a equipe de assistentes sociais da abordagem a procurar tirar sua identidade, documento que relata que nunca possuiu.

O procedimento de 'busca ativa' é comum em práticas do Estado para estender o alcance a populações que não estão na cobertura do Estado Bachtold, I.V (2015), quando se trata da população de rua, um grupo vulnerável que existe nas 'margens do Estado', Das e Poole (2004) o procedimento de busca ativa realizada pelo SEAS é fundamental para o levantamento das demandas de trabalho e conseqüentemente cria um cotidiano muito específico ao tipo de trabalho realizado onde a rotina de trabalho se dá necessariamente através da construção de relações nos percursos realizados. Como a autora Bachtold (2015) descreve, o procedimento de busca ativa é um esforço do Estado em tentar localizar e incluí-las em seu arcabouço, para os habitantes das 'margens do Estado' o encontro com a máquina estatal irá gerar modificações, sejam elas dos corpos, dos documentos ou da comunidade.

Geralmente ouvimos de Jeane ou Luana ao chegar, de carro, em suas comarcas “lh chegou a abordagem” o que já abre um momento de ‘atendimento’ e também exemplifica como o contato com um agente do Estado configura um momento particular de troca, entre atendido e educador, mesmo assim metodologia de contato com os atendidos, ensinada de educador experiente para o mais novato permanece.

No momento da abordagem, no contato com o atendido, verifica-se inicialmente, como está o indivíduo naquele momento, para saber se uma conversa será possível, se apresenta com “Olá” ou “Bom dia” e se pergunta sempre o “como você está?” em vez de “está tudo bem?” ou “tudo bom?”, como a delicadeza do ofício demanda cuidado ao abrir um diálogo com “tudo bom?” ou “Olá, tudo bem?”, reconhecendo que a pessoa que está no momento em situação de rua, necessitando ou solicitando de um serviço de assistência não está totalmente bem e não se deve perguntar desta forma para não gerar incômodo ao atendido e para não levar uma má resposta, como já ocorreu-me algumas vezes quando novato, de ouvir como resposta “está parecendo que está bom aqui?”. Como o serviço atende muitas vezes pela manhã, às vezes somos recebidos, com um ocasional mau humor matinal, como a própria Luana, esbravejou para nossa equipe que passou às 8h da manhã em sua comarca, “essa hora da manhã, vocês já estão de pé gente?, não é possível”.

Após verificar se um diálogo será possível, se inicia o atendimento, procurando saber o que a pessoa está precisando naquele momento em relação ao que o SEAS pode estar lhe oferecendo dentro do que se tem disponível como encaminhamento, como foi explicitado quais os recursos na introdução. Jeane e Luana, são moradoras de rua que residem em comarcas, já Leyde dorme em uma fixação muito simples resumida em um colchão ao ar livre, na esquina das duas ruas que costuma habitar com seu companheiro Cleiton, a comarca de Jeane apresentava algumas características muito especiais, pois seu companheiro Bianco carpinteiro, jardineiro e artista procurava sempre decorá-la da melhor forma possível, misturando sucata e artigos achados no lixo em arte para seu, improvisado, lar (ANEXO IV).

A principal questão, que vem logo após, de confirmar se o atendido está bem; pelo menos bem o suficiente de saúde e não precisará naquele momento de um encaminhamento para uma rede do SUS, o que o SEAS realizaria dependendo da gravidade da situação; para responder e conversar sobre sua situação naquele momento, é se ele possui ou não um **documento**. Assim que se pergunta “possui algum documento?” a uma pessoa em situação de rua, verifica-se qual será o alcance que o atendimento de assistência terá para com o indivíduo e também como irá proceder o contato com o atendido.

Quando conheci Jeane e Leyde, outras equipes do serviço de abordagem já haviam levantado suas demandas de documentação, portanto participei de todos os encaminhamentos para a câmara municipal, que realizaram suas demandas, já no caso de Luana coletei a necessidade de se documentar em atendimento após solicitação da nossa chefia e assistência social, pois sua comarca passa a tomar atenção ao se instalar ao lado de uma escola, em uma praça. Neste caso observei como a demanda política higienista, que circula grande parte das demandas do serviço de abordagem compele nossa equipe ao local com o intenção inicial de oferecimento de serviços do SEAS, mas é necessário que se reconheça que quando um contato é realizado desta forma a intenção é de possivelmente o Serviço de Abordagem eliminar a comarca do espaço que ela ocupa, pois ali ela é considerada algo “sujo” e que precisa ser eliminado, como no trabalho de (Rodrigues. I, 2015) verificamos:

“A visão higienista é introduzida no controle e na vigilância dos espaços públicos e privados como estratégia de conter o avanço dos problemas sociais, como uma limpeza da sociedade ou a eliminação de suas impurezas.”(Rodrigues. I, 2015, p. 95)

O dispor de um documento, separa os grupos, daqueles que podem ser imediatamente encaminhados para o serviço que solicitam, daqueles que estarão ali iniciando o processo de aquisição de documentação, como esclarece Escóssia (2021), no Brasil a documentação é encadeada de forma que para possuir um documento, de identidade ou carteira de trabalho, por exemplo, é necessário possuir um documento anterior, no caso a certidão de nascimento é o primeiro documento, Da Matta (2002) que se precisa para acessar os direitos do cidadão e no caso dos

encaminhamentos do SEAS, assim que se encontra o indivíduo sem nenhum documento, se trata de iniciar os agendamentos necessários para consegui-lo, todos relatos e entrevistas aqui presentes são de encaminhamentos do serviço de abordagem para documentação.

Para Jeane, é importante ressaltar um longo período de espera, em meados de 2022, após sua chegada, para conseguir reaver sua certidão de nascimento. Por ser recém-chegada em Juiz de Fora, ainda considerada 'migrante', até ter passado 1 ano em nossas terras, foi necessário, em nossa 1ª ida a câmara municipal, para sua demanda de documentação, solicitar uma cópia do cartório de Cataguases para então fazer sua identidade e a chegada uma certidão de outro estado, após solicitação leva 3 meses, no mínimo, o que dificulta em demasia o andamento de um processo de documentação, acrescentando que quando informada da demora, toda vez que nos encontrávamos em abordagem nos meses seguintes éramos recebidos com um "essa certidão, nunca fica pronta hein, não aguento mais esperar", da parte de Jeane.

Os grupos que não possuem nenhuma documentação, inclusive a ausência até da certidão de nascimento, apresentam características em comum, como afirma Pacheco (2017:214), as pessoas que não possuem nem a certidão de nascimento são "geralmente desfavorecidas economicamente, com baixa escolaridade e que, em consequência, apresentam dificuldades de se expressar diante de autoridades ou órgãos públicos". No caso dos grupos atendidos pelo SEAS, observo que um fator que também configura o dispor de uma certidão de nascimento, são os vínculos familiares, (Souza. P. V, 2007, p. 92 e p. 96) relata através de trechos da pesquisa de (SILVA, 2009) como em muitos casos de pessoas em situação de rua, a fragilização ou rompimento do vínculo familiar tem um papel nas relações que irão se construir na rua e fazendo ligação aos relatos que coletei em campo, muitas das vezes o documento de certidão de nascimento, acaba ficando guardado com um 'parente' ou um 'amigo', um conhecido da família.

No caso de Leyde, por exemplo, seu encaminhamento principal foi o da carteira de identidade, para sua certidão de nascimento o processo foi um tanto mais simples, me lembro na semana em que foi o processo de certidão de nascimento dela, a assistente social, nos mostrou o histórico escolar de Leyde e nele vemos que ela nunca foi aprovada em nenhuma das etapas na escola, o que para a equipe gera um pesar e para o objetivo de análise exemplifica diversas questões desde a falta de inserção dela mercado de trabalho, por exemplo, até a necessidade do serviço de abordagem ter que agir como o *tutor social*, sendo responsável por preencher a lacuna que esse grau de exclusão social acarreta na vida de uma pessoa, como relata Escóssia (2021), Leyde acaba incluída na parcela de brasileiros que está submetida a esta cidadania diferenciada, acompanhada de processos de exclusão social. Luana por exemplo nos informa na entrevista que realizamos, "como é que nós vamos tirar o documento se a abordagem não levar a gente até o lugar?".

Destaca-se aqui que a sobrevivência desse grupo, procura por seus direitos no que seriam as 'margens do Estado' ocorrem diante uma panorama complexo diante dos atendido pelo SEAS, tomando por definição Das e Poole (2004) constroem a ideia de 'margens do Estados' como um lugar de exclusão e desorganização social, um lugar de falta e de ausência, onde se localizam em locais "periféricos", populações "insuficientemente socializadas" que ainda não se enquadram por completo no arcabouço estatal.

Um lugar onde os direitos não são garantidos e por isso podem ser violados facilmente, um espaço não geográfico como se imagina quando se pensa em 'situação de rua' ou 'periferia', mas uma relação de trocas entre o "corpo, lei e a disciplina" Escóssia (2021). No plano de nosso objeto das pessoas em situação de rua abordadas pelo SEAS, observa-se a movimentação do Estado, através do convencimento, para procurar integrar esses grupos ao seu arcabouço no sentido mais burocrático possível, pois como podemos também verificar pela definição de Das e Poole (2004) o Estado se faz presente também em suas margens, não somente em contexto de exclusão. Durante as entrevistas de Jeane e Leyde, observei como o sentimento de vergonha, expressado por elas ao serem perguntadas sobre como se sentiam, no dia de seus encaminhamentos à câmara municipal, expressa-se presente e é compartilhado por alguns moradores de rua, as duas me falam, individualmente em suas entrevistas :

Jeane : "-Eu sinto vergonha, sabe, algo que, há 34 anos e eu nunca tive, mas sou registrada, todos meus irmãos

também.”

Leyde : “-Pouquinho envergonhada, por que eu nunca tive, é meio vergonhoso.”

Observa-se a relação com os relatos coletados por Escóssia (2021), na etnografia dos “Invisíveis”, esse sentimento de vergonha refletindo a dimensão moral, que a falta da documentação produz, o caráter simbólico da documentação para a identidade e para o sentimento de uma pessoa, ficaram claros durante as entrevistas realizadas.

Ao serem questionadas sobre como organizam a vida nas ruas sem documentação, Leyde que é mais familiarizada com a ruas e a vida nelas na cidade, informa:

Leyde : “A eu e o Cleiton, sabe como é né, a gente sempre se virou, cato reciclagem, sou faxineira, sou cozinheira.”

Jeane : “A sem documento é tudo muito mais difícil né, a gente não é cidadão, não consegue fazer nada”.

Quando posta uma das questões deste trabalho, sobre como se constrói uma vida adulta, nas ruas, sem documentação, verifica-se como mesmo estando em situação de abandono por esta faceta burocrática e contabilizadora do Estado, os excluídos “não se submetem a tais condições passivamente” e assim nas ruas irão se desenvolver modos criativos de sobrevivência (Das e Poole, 2004:19). No caso de nossas pesquisadas, a vivência nas ruas suscita as mais variadas estratégias de sobrevivência, como relata em um trecho de sua pesquisa Lacerda (2012), são poucas as informações na literatura sobre as estratégias de sobrevivência e de sustento, mas a grande maioria das pessoas em situação de rua, organiza a sobrevivência através do trabalho informal. Neste lugar de informalidade vale-se das relações humanas produzidas, para se construir a sobrevivência, (Telles, 2010, 2013), por exemplo, relata em suas pesquisas etnográficas o local da informalidade nas experiências que se constroem no espaço urbano, através de uma metodologia que procura referenciar realidades redefinidas pelo uso do espaço ‘cidade’, demonstra-se esse aspecto da utilização da sociabilidade e de diferentes estratégias de participação no todo social, aspecto que é observado presente na realidade urbana da população de rua de Juiz de Fora.

Jeane: “-To me sentindo reconhecida na sociedade, eu era ninguém na sociedade, ainda moro na rua pra ajudar, to muito feliz, muito feliz mesmo.”

O relato de Jeane, produz uma reflexão sobre o efeito no íntimo, na construção e manutenção de como ela se enxerga diante da sociedade, a associação do documento a como o indivíduo dá valor a si mesmo é algo que (Peirano, 2006) relaciona a um elemento de magia, exemplificando também o efeito contrário, quando não se possui um documento de identificação, se perde a identidade como é o caso de muitas pessoas em situação de rua inclusive Leyde, se cria um sentimento de possuir uma identidade, uma perda da cidadania em si.

Leyde: “-É meio vergonhoso né, na minha situação que já tive antes.”

Relata Leyde ao ser perguntada sobre o seu sentimento na câmara municipal durante atendimento para carteira de identidade.

O reconhecimento enquanto sujeito de valor diante da sociedade após adquirir documentação é algo que pode ser observado no momento do atendimento, na câmara municipal, por exemplo, as palavras de Jeane ao afirmar que se sente “reconhecida”, revelam a importância desse momento, o aspecto “mágico” relatado por Peirano (2006) e a caracterização desse momento ritualístico, fazendo alusão direta às descrições de Bourdieu (1989) sobre o rito de instituição e como ele produz uma mudança no indivíduo, no caso de nossas atendidas uma mudança na forma como se percebem diante da sociedade, uma mudança de *status* como descreve Escóssia (2021). Dentro das diversas esferas nas quais a aquisição da documentação apresentam-se relevantes na vida do grupo em questão, o alcance a cidadania é uma dos âmbitos nos quais o elemento do documento desempenha um papel central, quando, por exemplo, em observação, coletei uma fala de Jeane na qual ela expõe:

Jeane : “-To me sentindo reconhecida na sociedade, eu era ninguém na sociedade”.

Um prisma de ideias sobre como a aquisição da documentação contribui para a construção do cidadão ou para ampliar as condições para o alcance da cidadania se coloca em pauta.

No Brasil pode-se dizer que a cidadania é regulada através dos mecanismos burocráticos e boa parte de sua dimensão formal no Estado se constrói através do acesso aos direitos civis, políticos e sociais (Carvalho, 2001) e acesso ao documento enquanto ferramenta do controle e contagem do indivíduo por meio Estatal desempenha um papel no que seria ser “cidadão”.

Numa conjuntura aonde as condições para uma possível cidadania vêm sendo construídas de modo lento e precário (Escorel, 1999), em um contexto onde a noção de cidadania que foi construída ao longo de décadas e até séculos num modelo ocidental, em cima de um sistema liberal que representou a acumulação de riqueza em contraste com uma grande exclusão social dos grupos da classe trabalhadora e de grupos vulneráveis (Lavinias, 2003), constituem-se as condições de acesso a uma cidadania que em nossas terras essa é negada a esses grupos socialmente vulneráveis, ou aos “cidadãos de terceira classe” como pontualmente contextualiza Carvalho (2001). O acesso à documentação adequada e, portanto, as aproximações de um ideal de cidadania passam por um claro recorte de classe, onde os elementos que representam a cidadania que também passam pelo acesso aos aspectos socioeconômicos da vida se encontram com o elemento da documentação enquanto fator essencial para tal. A falta de uma documentação adequada, além de seus aspectos simbólicos (DaMatta, 2002) e de vínculo para a identidade do sujeito perante o Estado (Peirano, 2006) geram essa grande dificuldade no acesso a direitos legais e cria-se um obstáculo ao exercício da cidadania (Souza. P. V, 2007, p. 120).

Através das experiências e histórias de vida Jeane, Leyde e Luana, assim como, todos os atendidos pelo serviço de abordagem, que tive a oportunidade de auxiliar como educador do SEAS percebe-se a forma como a documentação se organiza num ângulo de algumas pessoas em situação de rua, num vasto contexto de suas vidas, possuir ou não um documento influi diretamente em suas trajetórias de vida em como irão se concretizar os processos que determinam as possibilidades de saída das ruas ou manutenção de sua vida nelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do que foi tratado na discussão proposta pode se observar como o documento e o acesso a documentação, são centrais na construção da realidade do grupo selecionado, interferindo diretamente na trajetória de vida dessas pessoas, e produzindo demarcações nas diversas esferas da vida e conjuntura social em que existem, desde os aspectos formais do Estado, até os mais simbólicos e identitários.

Sua influência e relevância enquanto elemento constitutivo do indivíduo na sociedade moderna se expressa em muitos níveis, a formação da cidadania, por exemplo, inclui várias dimensões e o acesso a elas passa diretamente pelo acesso a documentação e pelo que ela representa e reproduz na vida de um indivíduo em situação de rua.. Desta forma através das metodologias aplicadas, e dos dados qualitativos colhidos ao longo desses meses de observação e do estudo de relatos do grupo pesquisado, clarifica-se como o elemento da documentação desempenha esses diversos papéis na vida da população de rua, tanto na sua chegada quanto no seu processo de aquisição e na sua ausência, sendo capaz de agregar valor no universo moral e proporcionar o alcance de uma possível cidadania.

E para os indivíduos nessa situação de extrema vulnerabilidade que vivem nas ‘margens do Estado’(Das e Poole, 2004), e não possuem a garantia de direitos que o resto da sociedade possui, o SEAS se apresenta como equipamento e ferramenta do Estado para mediar esse alcance e diminuir o vazio presente nessa condição o precário diálogo entre esses grupos um possível processo de saída das ruas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ARBIA, A.; PEREIRA, V.; GRANJA, B. Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa. Juiz de Fora: UFJF/ Selo Serviço Social, no prelo. 2023.

BACHTOLD, I. V. **A montanha vai a Maomé: considerações etnográficas sobre a política de “Busca Ativa” do Governo Federal no Estado do Pará**. 2015.

BECKER. H.S **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**, 1997

BEVILAQUA, C. **Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas**. Campos: Revista de Antropologia Social, Curitiba, n. 3, p. 51-64, 2003

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7ªEd. São Paulo : Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **“O poder simbólico”**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **“Razões práticas”**. **“Sobre a teoria da ação”**. 11ªEd. Campinas: Papirus, 1996

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania, estadania, apatia**. Jornal do Brasil, p. 8, 24 jun. 2001.

CATHO, COMUNICAÇÃO - <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/o-que-faz-um-educador-social/>>. Acesso em 20/12/2022.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org). **População de rua Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

CORREIA, M. C. (1999). **A Observação Participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem, 13(2), 30-36.

DA MATTA, Roberto. **“A MÃO VISÍVEL DO ESTADO: NOTAS SOBRE O SIGNIFICADO CULTURAL DOS DOCUMENTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA”**, 2002.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas**. Cuadernos de Antropologia Social, Buenos Aires, n.27, 2008, p. 19-52.

SCOREL, sarah. **Vidas ao léu: trajetória de "exclusão social"**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESCÓSSIA, Fernanda. **“Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento”**, 2021. FGV Editora. Edição do Kindle.

G1, ZONA DA MATA : <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/04/estudo-da-ufjf-traca-perfil-da-populacao-de-rua-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em 12/12/2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São

Paulo: Cortez, 2000.

JUSTO, M. G. (2008). **Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis: Um enfoque sócio-ambiental**. InterfacEHS, 3(1), 4.

LACERDA, T. F. (2012). **Bioética e diversidade: Condições de saúde da população adulta em situação de rua no Distrito Federal (dissertação)**. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.**” Revista brasileira de ciências sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002

OUTEIRO, Gabriel. “**Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**”, 2018.

PACHECO, Ana Paula Alves. **Serviço social no Sepec: invisíveis em foco**. In: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Acesso à documentação. Rio de Janeiro: MPRJ, 2017. p. 213-220.

PEIRANO, Mariza. “**De que serve um documento?**”, 2006, p 34.

PEIRANO, M. et al. “**This horrible time of papers**”: documents and national values. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2002.

PEIRANO, M. G. S. . (2022). “**SEM LENÇO, SEM DOCUMENTO**”: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA NO BRASIL. *Sociedade E Estado*, 1(01), 49–63. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/39351>

PEREIRA, Viviane Souza. **População de rua em Juiz de Fora, uma reflexão a partir da questão social**, 2007.

RODRIGUES, I. S. (2015). **A construção social do morador de rua: O controle simbólico da identidade (dissertação)**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

SANTOS, Daiane dos Santos. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador - BA: um estudo de caso**. Tese de Doutorado, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Wanderley G. (1979/81) “**Cidadania e Justiça**”. Rio de Janeiro: Campus - Reflexões sobre a questão do liberalismo in LAMOUNIER, B. et al (eds) Direito, Cidadania e participação. São Paulo: TAQ

SERGE, Paugam, 2015, “**A pesquisa sociológica**”, Parte II, Cap. 10, p 22.

SILVA, M. Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998

VIEIRA, M. Antonieta da Costa. et al. **População de rua, quem é, como vive, como é vista**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Anexos I e II: Em uma das fotografias abaixo podemos observar, na fotografia número 1 (da esquerda) uma de identificação de comarca/barraca onde um educador social se aproxima da comarca ao lado da linha do trem.

E na fotografia 2 (da direita), uma equipe de educadores em busca ativa, realiza um atendimento com uma pessoa em situação de rua (que não aparece na foto, portanto não pode ser identificada).



Anexos III e IV: Nos registros fotográficos abaixo podemos observar, na fotografia número 3 (da esquerda) o momento de chegada do veículo do SEAS a uma comarca.

Na fotografia número 4, temos algumas das artes da comarca de **Bianco**.

